

COMUNICAÇÃO

(integra a ata da 23ª sessão ordinária do Plenário do Supremo Tribunal Federal, realizada em 17 de setembro de 2025 - DJe de 22 de setembro de 2025)

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Não poderia começar esta sessão sem cumprimentar os integrantes da Primeira Turma, a começar pelo Ministro Alexandre de Moraes, Relator do processo concluído na última quinta-feira, bem como a Ministra Cármen Lúcia e os Ministros Luiz Fux, Flávio Dino e Cristiano Zanin, que presidiu a sessão, pela conclusão organizada, pública e transparente desse julgamento difícil e delicado - seria em qualquer lugar do mundo.

Acho que foi conduzido com serenidade e transparência e acho que demos um bom exemplo para o mundo, inclusive de pluralismo e de diferentes visões de mundo, o que faz parte da vida democrática. É impossível exagerar o que isso representou para a institucionalidade brasileira. Queria verdadeiramente cumprimentá-los e ao Procurador-Geral da República por um trabalho excepcional.

Gostaria, prezados Colegas, ainda - quem sabe para encerrar esse assunto - de fazer uma última defesa do trabalho do Supremo Tribunal Federal em relação a esse tema e virarmos essa página, assim penso, para retomarmos a vida do país com paz e com tranquilidade.

Nunca havia abordado aqui, prezados Colegas, mas não gostaria de virar as costas ao problema da questão das sanções. Refleti muito, porque acho que há uma imensa incompreensão, talvez direcionada, e o Tribunal, um pouco pelas circunstâncias do recato judicial, não se manifestou publicamente sobre o que está acontecendo.

Senti-me motivado a fazer isso, até porque, como é público e notório, tenho muitas ligações com os Estados Unidos, onde estudei, vivi e trabalhei em diferentes épocas da minha vida. Fui estudante de intercâmbio em Michigan com uma adorável família, de quem sou amigo até hoje, gente simples e conservadora - julgo as pessoas pelo caráter e não pela ideologia. Estudei nos Estados Unidos, fiz meu mestrado na Universidade de Yale, trabalhei em um escritório em Boston, voltei, fiz meus estudos de pós-doutorado na Universidade de Harvard e ainda tenho hoje uma posição de colaborador acadêmico na Kennedy School.

Faço essa descrição não para apresentar currículo, porque já passei por todas as fases da vida em que é preciso apresentar currículo, mas apenas para deixar documentado que todos os meus sentimentos em relação ao país são bons. Tenho ligações acadêmicas e amigos queridos, admiro pessoas e instituições.

Por isso, queria fazer esse pronunciamento, que vai além do argumento óbvio da soberania, para agregar alguns elementos de justiça, de boa-fé e de verdade que superem algumas narrativas que não correspondem aos fatos. Acredito no que estou fazendo porque há uma fagulha divina na verdade e gostaria de falar a verdade, pelo menos tal como a vemos, a narrativa correta: no Brasil não existe censura. Simplesmente não é um fato. Afirmaria que vigora a mais plena liberdade de expressão. Sou uma pessoa que leio de tudo todos os dias e recebo diariamente - como muitos de nós, possivelmente - manifestações em veículos de imprensa e em blogs, com críticas ácidas ao governo, ao Congresso e, sobretudo, ao Supremo Tribunal Federal, muitas delas grosseiras e ofensivas. Todos esses veículos continuam no ar sem qualquer tipo de abalo. Lê quem quer, acredita quem quer. A ideia de que no Brasil existe censura simplesmente não corresponde à realidade de qualquer pessoa que esteja no país prestando atenção ao que aconteça. As remoções de conteúdo, segundo mais uma vez explicou o Ministro Alexandre de Moraes, referiam-se a crimes, crimes de ameaça, não crimes de opinião. O exemplo mais emblemático foi o da postagem que fornecia o endereço do delegado que conduzia determinado inquérito, com o nome de sua mulher e de seus filhos e convocava as pessoas para aí hostilizá-lo e ameaçá-lo. Isso não é liberdade de expressão em lugar algum do mundo, isso é crime.

Além disso, nenhuma decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro tem pretensão de alcance extraterritorial - só cuidamos do nosso jardim e já dá um bocado de trabalho. Ninguém está querendo impor decisão brasileira fora do Brasil, simplesmente não corresponde aos fatos, e, sobretudo - e essa talvez seja a coisa mais importante, para quem acompanhou o julgamento com olhos de ver -, não existe caças às bruxas ou perseguições políticas.

Tudo o que foi feito se baseou em provas, evidências exibidas publicamente, que demonstraram, para todos os Ministros - houve divergências, como faz parte da vida -, que houve prova, prova documentada, da existência de um plano para assassinar o presidente eleito, o vice-presidente e um Ministro do Supremo Tribunal Federal - prova documental e confissão. Está certo, era um pensamento digitalizado, mas existiu e foi impresso diversas vezes.

Outra prova: um decreto de implantação do estado de exceção - prova documental, estava lá - em razão da derrota eleitoral e um discurso pós-golpe - o documento existia, estava lá. Houve ordem para mudar o relatório das Forças Armadas que constatou a inexistência de fraude, prova incontestável. Houve incentivo governamental a acampamentos em portas de quartéis militares pedindo golpe de Estado - provado. Houve colaboração premiada detalhando diversas fases do esquema.

Todos esses foram fatos comprovados e unanimemente reconhecidos. Houve divergência quanto à extensão da autoria e da participação, mas houve condenação por esses fatos.

A ideia de que tenha sido uma farsa, de que seja perseguição política ou de caças às bruxas é uma narrativa que não corresponde aos fatos. Logo, acho que é meu papel, como Presidente do Supremo Tribunal Federal, restabelecer a verdade dos fatos, porque é o máximo que podemos fazer na vida, restabelecer a verdade dos fatos.

Nesse contexto, é profundamente injusto punir o Brasil, punir os brasileiros, punir as empresas brasileiras, punir os trabalhadores brasileiros por uma decisão amplamente baseada em provas, acompanhadas por toda a imprensa internacional. Também não é justo punir os Ministros, que, com coragem e independência, cumpriram seu papel.

No Brasil, a ampla maioria da sociedade reconhece que houve uma tentativa de golpe e que foi importante julgar os seus responsáveis.

Essa é a verdade dos fatos, contada objetivamente, sem adjetivos. Esse pronunciamento é um chamamento ao diálogo e à compreensão, pelo bem dos nossos países, de uma longa amizade e da justiça que, em nome da Constituição e das leis, este Tribunal, com juízes independentes e corajosos, conseguiu fazer.

O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO:

Senhor Presidente, em primeiro lugar, saúdo Vossa Excelência, na dupla condição de Presidente e Relator, assim como cumprimento os estimados Colegas, a douta Procuradoria-Geral da República, senhoras e senhores, advogadas e advogados, todos que nos acompanham.

Quero, Presidente, homenageá-lo pelo pronunciamento no início da sessão. Como integrante deste Tribunal, achei oportuno, necessário e muito bem posto pela absoluta consonância com a verdade quanto aos fatos. É claro que cada um pode fazer a sua valoração quanto aos fatos, mas Vossa Excelência, com muita exatidão, delineou bem o momento difícil que as instituições democráticas brasileiras atravessam, são testadas. Precisamos sempre ter esse espírito que Vossa Excelência revelou: serenidade, tranquilidade e, ao mesmo tempo, indeclinabilidade em relação ao principal, que é a fidelidade à Constituição.

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES:

Presidente, cumprimento todos os Colegas.

Queria apenas, como Relator da ação penal, agradecer em público as palavras iniciais de Vossa Excelência, o que já fizemos em privado. Agradeço não só as palavras de Vossa Excelência, mas todo o apoio da Presidência do Supremo Tribunal Federal à Primeira Turma - acho que falo em nome dos Colegas. Todo o apoio que foi dado - logístico, de segurança, de organização - para que as inúmeras sessões - não só as de julgamento, mas todas, porque foram sessenta testemunhas, oito réus interrogados - pudessem ser feitas de acordo com o devido processo legal e em um tempo razoável.

Agradeço, por fim, também Presidente a presença de Vossa Excelência no último dia de julgamento, as palavras que Vossa Excelência disse na quinta-feira passada. A presença de Vossa Excelência, assim como a presença do nosso Decano, no último dia de julgamento, foi um motivo de muita honra, muita alegria e um reconhecimento para o trabalho da Primeira Turma.

Obrigado, Presidente!

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (PRESIDENTE):

Obrigado, Ministro Alexandre.

Publicado no DJE/STF,
em 24/9/2025.

Este texto não substitui a publicação oficial.